

A gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da Reforma Pombalina

CARLOS MORAIS

Universidade de Aveiro

*...qualquer gramática de uma língua que não é nacional,
deve explicar-se na língua que um homem sabe.*

L. António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, p. 139¹

1. Introdução

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 foi o prenúncio daqueloutro que, em Portugal, viria a abalar fortemente as estruturas políticas, sociais, económicas e educativas. As mudanças, neste último sector, dominado, desde os finais do séc. XVI, pela poderosa Companhia de Jesus que já havia alargado tentacularmente o seu poder a outros domínios², eram fundamentais para a reforma geral do

¹ Todas as citações desta obra serão feitas a partir da edição organizada por António Salgado Júnior, publicada pela Livraria Sá da Costa: Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar. I: Estudos Linguísticos* (Lisboa 1949).

² Os jesuítas, quando o Marquês de Pombal subiu ao poder, eram ainda poderosos e influentes. A forma como conseguiam conservar esta poderosa influência é sintetizada nestas palavras de António Ferrão, *O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores* (Lisboa 1915:

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 1 (1999) 75-103

Estado que o governo centralista e despótico do Marquês de Pombal queria empreender.

O atentado contra D. José, a 3 de Setembro de 1758, perpetrado pelo Marquês de Távora e pelo Duque de Aveiro e atribuído, entre outros, também aos jesuítas, tudo precipitou³. Sebastião José de Carvalho e Melo tinha o pretexto desejado, os oratorianos o caminho aberto para, finalmente, concretizarem o seu propósito de substituir os métodos e anular a influência dos “Apóstolos” em matéria de ensino⁴. Num ano apenas, os inicianos eram expulsos de Portugal, sendo todos os seus bens confiscados. O Marquês e os seus colaboradores, que já haviam iniciado a «preparação teórica» da reforma do ensino, tinham agora campo livre para consumir a sua «expansão prática»⁵.

65): «os jesuítas tinham sabido sempre coordenar tão bem as duas funções de ensino e de governo que eles ensinavam para governar e governavam para poderem estender mais longe o seu ensino e portanto a sua influência».

³ A incriminação dos membros da Companhia de Jesus como pretensos inspiradores do atentado contra D. José fazia parte de uma estratégia, urdida pelos seus opositores, que visava retirar-lhes o poder que detinham, sobretudo, em matéria de ensino dos estudos menores. «Não admira, por isso», conclui António Cruz, em «A Reforma Pombalina do Ensino das Humanidades», *Studium Generale* 3 (1956) 280, «que fossem simultâneos os actos da prisão dos Távoras, na noite de 12 para 13 de Dezembro de 1758, e do cerco posto às casas inicianas da capital», a que se seguiram buscas, sequestros e a detenção de alguns dos mais destacados jesuítas, aqui e noutras cidades do país. A este propósito *vide* ainda Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. VI: 1750-1807* (Lisboa 1982) 27-54, *maxime* 40-42.

⁴ Este ambicioso propósito tinha já várias décadas e fazia parte de «um plano traçado para uma acção a longo prazo», que de tudo se valeu e que terá tido o seu primeiro sucesso, no tempo de D. João V, com a Provisão de 1716, «que permitiu a admissão dos alunos das classes dos oratorianos nas aulas da Universidade». *Vide* António Cruz, *Studium Generale* 3 (1956) 279-280.

Sobre as controvérsias entre jesuítas e oratorianos, que se estenderam até cerca de 1759, veja-se, e.g., António Ferrão (Lisboa 1915) 65-67.

⁵ Cf. António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771). Contribuição para a História da*

2. Da Reforma

Neste contexto de modernização dos estudos secundários, dois documentos, ambos datados de 28 de Junho de 1759, assumem capital importância⁶: o *Alvará Régio* e as *Instrucções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas, e mandadas publicar por El Rey nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas, nestes reinos, e seus dominios*.

O primeiro destes diplomas, assinado por D. José, é um texto doutrinário que faz o enquadramento legal do novo regime de ensino, institui o cargo de Director de Estudos, determinando as suas funções, e estabelece a criação de lugares por todo o reino para professores das quatro disciplinas contempladas.

Justificando a necessidade da reforma dos estudos secundários, o texto começa por radicar as causas da decadência do ensino das Letras, nomeadamente do Latim e do Grego, nos Jesuítas que persistiram em manter os seus métodos inadequados e fastidiosos,

Pedagogia em Portugal. 1.º vol.: A Reforma (Coimbra 1981) 71. Segundo este autor, a preparação teórica da reforma do ensino não universitário «principia no ano de 1758, ainda antes da expulsão dos jesuítas, a avaliar, por exemplo, pelo Alvará de 17 de Agosto de 1758, que confirma o *Directorio que se deve observar nas povoações dos Indios do Pará e Maranhão*, com duas cadeiras de primeiras letras, uma para rapazes e outra para meninas».

⁶ Os dois documentos encontram-se transcritos em António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771). 2.º vol.: documentação* (Coimbra 1981) 79-85. Todas as citações de cada um destes documentos serão remetidas para este volume da seguinte forma: Banha de Andrade, «Alvará»; e Banha de Andrade, «Instrucções».

A edição “facsimilada” da 1.ª edição das *Instrucções* foi publicada em Maria Leonor Buescu, «Um documento da Reforma Pombalina de Ensino», *Euphrosyne* 9 (1979) 227-248; e em Maria Helena de Teves Costa, «Livros escolares de Latim e de Grego adoptados pela Reforma Pombalina de Estudos Menores», *Arquivos do Centro do Centro Cultural Português* 14 (Paris 1979) 287-329.

mesmo contra a evidência do seu insucesso e contra a opinião erudita de todos quantos na Europa contra eles clamavam⁷:

«...o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se vê nestes Reinos extraordinariamente decahido daquelle auge, em que se achavão quando as Aulas se confiarão aos Religiosos Jesuitas, em razão de que estes, como o escuro e fastidioso Methodo, que introduzirão nas Escolas destes Reinos, e seus Dominios; e muito mais com a inflexivel tenacidade, com que sempre procurarão sustentallo contra a evidencia das solidas verdades, que lhe descobrirão os defeitos, e os prejuizos do uso de hum Methodo que, depois de serem por elle conduzidos os estudantes pelo longo espaço de oito, nove, e mais annos, se achavão no fim delles tão illaquados nas miudezas da Grammatica, como destituídos das verdadeiras noçoens das Linguas Latina e Grega...»

A escola para os Jesuítas, como afirma Telmo Verdelho, era «um espaço de ascese e de preparação para uma vida austera e operosa, era um lugar de provação, onde preferentemente se cultivava o difícil», pelo que «o tempo de formação podia e deveria ser lento e longo, mais motivado pela dimensão da eternidade do que pela urgência do quotidiano»⁸. Por isso, D. José I, em letra de lei, sentenciava de forma coerciva a extinção de todas as escolas dos inacianos, «como se nunca houvessem existido», instaurando, com tal disposição a estatização do ensino secundário, para o qual recomendava um novo método «reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade»⁹.

⁷ Banha de Andrade, «Alvará», 79.

⁸ Telmo Verdelho, «Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal», *Brigantia* 2 (1982) 28.

⁹ Banha de Andrade, «Alvará», 80.

Simplicidade, clareza e facilidade: três conceitos que sintetizam a essência de uma nova ordem pedagógica¹⁰, que é esclarecida nos 46 parágrafos das já referidas *Instrucçoens*, um texto regulamentador da lei régia que estabelece coordenadas muito precisas para o ensino das humanidades¹¹. Assinado pelo Conde de Oeiras (futuro Marquês de Pombal), o que não significa que tivesse sido por ele redigido¹², este documento normativo inspirou-se, como se pode verificar pelos nomes citados em notas à margem, «no parecer dos homens mais doutos e instruídos neste género de erudiçoens»¹³, ou seja, nos pedagogistas mais em voga ao tempo, como o italiano Lama, o alemão Teófilo Heinécio e os franceses, B. Lamy, Fénélon, Claude Fleury e Charles Rollin, de todos, o mais compulsado¹⁴.

¹⁰ Estes princípios têm origem nos métodos da escola jansenista de Port-Royal e resultam de uma descrição racional da língua.

¹¹ O zelo pela observância do preceituado nestes dois documentos competia ao Director de Estudos, que ainda tinha a incumbência de «averiguar com especial exactidão o progresso dos estudos». Cf. Banha de Andrade, «Alvará», 81.

¹² De acordo com Banha de Andrade (1º Coimbra 1981: 33 e 75), este documento terá sido redigido, eventualmente, pelo P.º José Caetano de Mesquita que representaria o clero secular, necessário ao sucesso da reforma depois do vazio criado com a expulsão dos jesuítas, e pelos padres Joaquim de Foios e António Pereira de Figueiredo, oratorianos da Casa de N.ª S.ª das Necessidade. Isto explica também o facto de alguns livros, recomendados pelas *Instrucçoens*, serem da autoria de padres da Congregação do Oratório, então, nas boas graças do Marquês.

¹³ Banha de Andrade, «Alvará», 80.

¹⁴ Afirma Banha de Andrade (1º Coimbra 1981:76) que «não é difícil surpreender Rollin nas *Instrucções*, não só a respeito do objectivo de alcançar a educação, porventura muito igual noutros autores, mas principalmente nos preceitos estabelecidos para cada uma das disciplinas». No seu *Traité des Études* (1726-28), Charles Rollin, professor na Universidade de Paris, reflecte muitos dos ideais dos ‘senhores’ de Port-Royal. Deste autor, seguimos uma edição de Paris, 1854.

António Cruz, no seu já citado estudo (*Stadium Generale* 3 (1956) 283-298), comprova que os dois documentos normativos também reflectem e repetem comentários, opiniões e sugestões de pareceres que Pombal terá pedido para sustentar a reforma que pretendia empreender. Entre esses

A estes convirá, contudo, acrescentar o nome de Luís António Verney. É que, apesar de nunca citadas, as suas ideias inovadoras, expandidas no *Verdadeiro Método de Estudar*, emergem um pouco por todo o texto das *Instruções*¹⁵, de que destacamos os nove parágrafos do seu segundo capítulo — os que mais interessam ao nosso estudo —, dedicados à ‘regeneração’¹⁶ do ensino do Grego em Portugal.

Embora mais sucintas do que as de Latim, as *Instruções de Grego*¹⁷ focam basicamente os mesmos aspectos. Ao parágrafo de

pareceres encontram-se os do Lente da Universidade de Coimbra, António Denis de Araújo, e o do latinista e autor de uma Gramática de Latim adoptada pela reforma, António Félix Mendes, intitulado *Memórias para a Reforma dos Estudos de Humanidades que se deve fazer em Portugal sem despesa do Soberano*.

¹⁵ Através de constantes remissões, não só para este texto de Verney, como ainda para o texto de Rollin citado na nota anterior, vamos demonstrar, ao longo do nosso estudo, a inquestionável influência destes autores na redacção das *Instruções*.

¹⁶ Utilizamos propositadamente o termo ‘regeneração’, porque o ensino do Grego em Portugal tinha decaído de tal maneira, a partir do séc. XVII, que, nesta altura, se poderia considerar quase inexistente. Cf. O testemunho de Luís António Verney (Lisboa 1949) 250; e ainda Fr. Fortunato de S. Boaventura, «Memoria do começo, progressos, e decadencia da Literatura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia até ao reinado do Senhor D. José I», *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 8 (Lisboa 1823) 37 e 47; e António Ignacio Coelho de Moraes, *Memoria sobre utilidade do estudo da lingua grega, e sobre as providencias literarias, que tem sido dadas em Portugal á cerca do estudo da mesma lingua* (Coimbra 1851) 23.

¹⁷ Cf. Banha de Andrade, «Instruções», 90-92. Uma das razões para esta brevidade pode encontrar-se no facto de o Grego aparecer como uma disciplina subsidiária ao estudo do Latim, conforme se pode deduzir do exarado nos §§ 7 e 9 das *Instruções de Grego*. No primeiro destes parágrafos, diz-se expressamente que os professores devem pôr os discípulos «traduzir alguns lugares do grego em latim e em portuguez, porque deste modo vão, ao mesmo tempo, adiantando-se no grego e exercitando-se no latim». No § 9 recomenda-se ao professor que, das horas que tem para leccionar o grego, «reserve meia hora cada dia para fazer ler aos discípulos,

abertura, que de igual forma faz a apologia desta outra língua clássica, cuja aprendizagem, tida vulgarmente como penosa e difícil (§ 2), é universalmente considerada necessária e indispensável para o entendimento das ‘Sciencias Maiores’¹⁸, sucedem também orientações programáticas e metodológicas. Desde o número de horas que o professor deve despende por dia com o curso (§ 9) até aos autores recomendados e escolhidos, de acordo com a progressão da aprendizagem (§§ 4 e 8), passando por orientações de carácter didáctico-pedagógico que visam evitar, por um lado, a excessiva facilitação consentida por textos com tradução latina, causa de ociosidade e de negligência dos alunos (§ 5)¹⁹, e por outro lado, o excessivo rigor das composições (retroversões), causa de cansaço e de possível desmotivação (§ 7), o articulado destas *Instrucçoens* assenta no pressuposto de que só se deve ensinar o que da Grega «hé necessário com mais facilidade e brevidade que a Lingua Latina» (§ 2).

alguns livros latinos (...) para que, com este exercicio, não só conservem a noticia, que já tem dessa lingua, mas ainda se adiantem».

Sobre a reforma do ensino do Latim, neste período, veja-se o estudo recente de Fernando José Patrício de Lemos, *A Reforma Pombalina da Escola Secundária e o Ensino do Latim. Política educativa, enquadramento curricular, métodos, agentes e instrumentos de ensino* (Lisboa 1998).

¹⁸ Mesmo havendo excelentes traduções, o estudo do Grego é essencial, sublinha o texto das *Instrucçoens*, para um melhor entendimento e estudo das ‘Sciencias Maiores’. Destas são referidas a Teologia, o Direito, a Medicina e as Humanidades, onde se incluem a Filosofia, a Eloquência, a Poesia e a História.

A mesma opinião tinha sido expressa já em Verney (Lisboa 1949: 251-253), para quem todas estas disciplinas não podem «entender[-se] bem sem alguma notícia de Grego».

¹⁹ Já Rollin, no seu *Traité des Études*, p. 175, havia emitido idêntica opinião: «s’il y a une version à côté, l’esprit étant naturellement paresseux, les yeux, comme d’intelligence avec lui, se tournent d’abord de se côté-là, pour lui épargner toute la peine».

Estes dois princípios — facilidade e brevidade —, obsessivamente recorrentes nos textos da reforma, vão naturalmente implicar e condicionar a escolha de outros manuais escolares, mais adequados a esta nova filosofia educativa. Três são os livros de que necessitará o aluno para o estudo do Grego: a «Collecção de Patusa», uma antologia selecta, feita para uso da Academia Real de Nápoles (1741)²⁰, que inclui os autores recomendados; o «Diccionario Manual» de Kornelis Schrevel²¹; e, para a aprendizagem da gramática, o «Epitome do Methodo de Port-Royal»²², uma obra que se pretende venha a substituir os vetustos compêndios de Clenardo²³ ou de

²⁰ Américo da Costa Ramalho, numa breve notícia intitulada “Uma selecta grega da Reforma Pombalina”, *Humanitas* 33-34 (1981-1982) 272-274, reproduz a portada de uma destas selectas existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

²¹ Verney (Lisboa 1949: 258) também recomendara este dicionário para o estudo do Grego.

²² Para Verney (Lisboa 1949: 258), a gramática de Lancelot, mais fácil e com reflexões mais sólidas era também a melhor. Apresentava apenas um óbice: só estava disponível nas versões francesa ou italiana.

²³ Esta gramática – *Institutiones in Linguam Graecam* –, cuja 1ª edição é de Lovaina (1530), foi impressa em várias cidades europeias com diferentes títulos, na versão integral ou alterada e reduzida a epitome. A 1ª edição portuguesa, saída em Lisboa dos prelos de Simão Lopes, com o título *Institutiones Grammaticae ex Clenardo* e com o monograma da Companhia de Jesus estampado no rosto, é um destes epitomes que tem a particularidade de para as formas gregas apresentar não só a correspondente latina, mas também a portuguesa. Posteriormente, este compêndio foi reimpresso em 1608, na oficina de Pedro Craesbeeck, e ainda em 1702 e 1729, tendo havido dela um resumo de 1712. É de crer, contudo, que, já antes desta data, os inicianos a tenham adoptado, em edições estrangeiras, como gramática oficial dos seus colégios.

Sobre este assunto, *vide* Francisco Rodrigues, *A Formação intellectual do Jesuíta* (Porto 1917) 211; Justino Mendes de Almeida, «Institutiones Grammaticae ex Clenardo (A 1.ª edição da Gramática Grega de Clenardo)», *Revista da Universidade de Lisboa* 2 (1956) 177-186; e Manuel Breda

Gretser²⁴, escritos em Latim e adoptados nos colégios jesuítas, e de cuja tradução para português foi incumbido João Jacinto de Magalhães.

3. Do autor: os três ciclos da vida do ‘desterrado’.

Nascido a 4 de Novembro de 1722 na lusitana *Talabrica*, nome latino de Aveiro, no seio de uma família que «se brasonava de contar nos antepassados o navegador Fernão de Magalhães»²⁵, este português foi, desde o dia em que entrou para o Colégio da Sapiência (21.6.1733) da Congregação dos Cónegos Regrantes, com pouco mais de dez anos, um eterno ‘desterrado’²⁶, ora no seu próprio país, ora fora dele, em França e em Inglaterra. Assim, não considerada a infância,

Simões, «Un pédagogue du XVI.^e siècle – Nicolas Clénard», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 4 (1960) 70.

²⁴ É de admitir também a hipótese de os inicianos terem, em certos casos, usado os *Rudimenta Linguae Graecae, ex primo libro Institutionum* do seu confrade Gretser (existe um exemplar na BGUC: 2-4-1-16), uma vez que, na *Ratio Studiorum*, no capítulo IV, relativo ao ensino do Grego, se considerava que «Clenardi Grammatica omnium iudicio ualde manca est». Cf. Ladislau Lukács, S.I. (ed), *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu. V: Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* (Roma 1986) 189, que sugere que seria esta a gramática alternativa.

Antes de 1760, também terá sido usado, nas aulas de Grego para principiantes, o compêndio gramatical *Graecae Nominum ac Verborum Inflectiones in usum Tyronum Conimbricae*, editado em Coimbra, em 1594, por António de Mariz.

²⁵ Joaquim de Carvalho, *Obra Completa, V: História e Crítica Literárias. História da Ciência* (Lisboa 1987) 689.

²⁶ Com apenas 21 anos, João Jacinto de Magalhães professou, na Congregação dos Cónegos Regrantes, com o premonitório nome de Fr. João de Nossa Senhora do Desterro. Aplicada ao frade crúzio, a asserção, algo supersticiosa, dos latinos - *nomen omen* -, como podemos constatar de seguida pelo seu percurso biográfico, é pertinente e acaba por assumir significado profundo, porquanto, como dizemos supra, excluída a infância, ele viveu um contínuo ‘desterro’.

passada provavelmente no Alboi ou na Quinta da Graciosa, em Aveiro²⁷, podemos repartir a vida de Magalhães por três ciclos, cada qual marcado pelo desenvolvimento de actividades distintas.

3.1. Fase monástica e de formação humanística e científica (1733-1754)

Coimbra foi a sua primeira ‘pátria de exílio’ – da sua terra de origem, por um lado, da vida mundana e laica, por outro. O Mosteiro de Santa Cruz, um grande centro de cultura, onde permaneceu durante cerca de duas décadas, foi a sua segunda residência. Aí, terá aprendido e, já como cônego, terá ensinado as línguas grega e latina²⁸. Mas a sua formação, nesta fase monástica, não se terá circunscrito apenas aos estudos humanísticos e teológicos. Tal como outros frades, João Jacinto cultivou também as ciências exactas e leu as obras de Newton²⁹. Isto pôde testemunhá-lo o oficial e astrónomo francês, Gabriel de Bory. Aquando da viagem que fez a Portugal, em 1753, expressamente para observar o eclipse solar de 26 de Outubro, que se pensava seria total na região de Aveiro, passou pelo Mosteiro de Santa Cruz, onde conheceu Magalhães. Este encontro, além de ter

²⁷ Cf. Joaquim de Carvalho (Lisboa 1987) 692 e nota 11.

²⁸ Cf. Cruz Malpique, «No signo dos ‘estrangeirados’ – João Jacinto de Magalhães, natural de Aveiro, sócio da Academia das Ciências de Paris e da Real Sociedade de Londres (1722-1790)», *Arquivo Distrital de Aveiro*, 146 (1971) 94.

²⁹ Sobre este assunto, veja-se Cruz Malpique, *Arquivo Distrital de Aveiro*, 146 (1971) 95; Joaquim de Carvalho (Lisboa 1987) 689-690; e Fernandes Thomaz e Isabel Malaquias, «João Jacinto de Magalhães: a sua obra impressa e a sua correspondência científica», *Revista da Universidade de Aveiro. Letras* 4-5 (1987-1988) 10. Na nota 13 deste artigo, os autores enumeram alguns livros sobre ciências exactas existentes na biblioteca do Departamento de Física da Universidade de Coimbra, provenientes da Livraria de Santa Cruz, que comprovam este interesse dos cruzios pelas ciências experimentais.

marcado o começo de uma amizade duradoura³⁰, terá influenciado também algumas das decisões seguintes do português. Pelo menos, ter-lhe-á acicatado a vontade latente de ampliar e aprofundar no estrangeiro o estudo, já iniciado, das ciências exactas e experimentais, uma vocação que se revelava cada vez mais incompatível com o rigor sufocante dos votos que professara numa idade imatura, «em que não [dispunha] ainda da capacidade de decidir irrevogavelmente da sua sorte»³¹.

Determinado, então, a libertar-se das amarras monásticas, solicita e obtém do papa Bento XIV, em 1754, um breve de secularização, que lhe abre caminho à concretização do seu sonho, há muito acalentado, de cientista.

3.2. Do tradutor ou do cientista frustrado (1756-1763)

Assim, dois anos mais tarde, confiado no apoio dos amigos Gabriel de Bory e Ribeiro Sanches e recomendado ao ministro do reino em França, Pedro da Costa de Almeida Salema, parte para Paris, a sua segunda “terra de exílio”. Mas não foram fáceis os poucos anos que passou na capital francesa, pelo que o seu sonho rapidamente se esfumou. À míngua de apoios para desenvolver os seus planos e de meios para poder sobreviver, valeu-lhe na circunstância – ironia das ironias! – a sua formação humanística. Socorreu-se, então, de

³⁰ Quase vinte anos depois, a 4 de Setembro de 1771, Bory vai patrocinar a eleição de Magalhães para sócio correspondente da Academia das Ciências de Paris.

³¹ Estas palavras, citadas por Maximiano Lemos, em *Estudos de História da Medicina Peninsular* (Porto 1916) 239, escreveu-as o nosso autor no prefácio da obra de Fr. Luiz de Sousa, *Vida de Fr. Bartholomeu dos Martyres*, que editaria em Paris, seis anos mais tarde, em 1760. Vide ainda, sobre o mesmo assunto, Ricardo Jorge, «Amigos de Ribeiro Sanches – J. H. de Magellan», separata de *Medicina Contemporânea* (Lisboa 1910) 10.

encargos literários e de traduções³², encomendados e auspiciados pela corte e pela embaixada, ou seja, de um labor que não se ajustava ao pulsar do seu espírito e que, além do mais, era mal pago³³.

Frustrado e sem proventos suficientes para desenvolver actividade científica, o motivo da sua ida para França, Magalhães, por volta de 1761, regressa a Portugal, mas não por muito tempo.

3.3. Do cientista universalmente reconhecido (1764-1790)

Incompatibilidades religiosas com o episcopado de Coimbra³⁴ e políticas com o governo despótico de Sebastião José de Carvalho e Melo³⁵ determinam a sua decisão de se afastar para sempre do país.

Mais uma vez ajudado e aconselhado pelo seu amigo e médico, Ribeiro Sanches, rumo a Londres, em 1764, onde se instala definitivamente até à morte, em 7 de Fevereiro de 1790. É aqui, nesta sua terceira e última ‘pátria de exílio’, que o já ‘despadrado’ João Jacinto, reencontrando-se finalmente com a sua verdadeira vocação de

³² Para uma visão de conjunto dos trabalhos publicados neste período, vide Joaquim de Carvalho (Lisboa 1987) 692-693; e Fernandes Thomaz e Isabel Malaquias, art. cit., 12-15.

³³ Cf. Ricardo Jorge (Lisboa 1910) 8; e ainda Joaquim de Carvalho (Lisboa 1987) 692-693.

³⁴ Vide Cruz Malpique, *Arquivo Distrital de Aveiro*, 146 (1971) 101. Ricardo Jorge (Lisboa 1910: 20-21) formula a hipótese (não confirmada) de Magalhães, já desvinculado de todos os compromissos eclesiásticos, ter aderido, em Londres, ao protestantismo: «o cónego regrante, o traductor de catecismos, evolucionara em Luterano, estava enterrado o abbé».

³⁵ Num exemplar, existente na Biblioteca Pública do Porto (Res. XVIII-A-34), do *Catalogue des Livres de Feu de M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès* (...), publicado em Paris, em 1783, Magalhães, em nota manuscrita a uma biografia de Sanches que precede o catálogo, afirma ter deixado definitivamente o país «resolu à ne plus vivre que sous un gouvernement, où la liberté personnelle soit à l’abri du despotisme ministeriel». Cf. Maximiano Lemos (Porto 1916) 293.

Nas pp. 19 e 20 deste exemplar pode ver-se a assinatura de João Jacinto de Magalhães. Cf. infra, fig. 1, p.100.

cientista, desenvolve, sobretudo nos domínios da física, da astronomia e da mineralogia, intensa actividade que projecta internacionalmente o seu nome.

Dotado de uma inteligência polifacetada e rigorosa, cria e aperfeiçoa instrumentos de precisão, troca abundante e variada correspondência científica com figuras eminentes da Europa, acabando por ver a sua obra universalmente reconhecida pelos governos de Portugal e de Espanha que lhe solicitam a supervisão de trabalhos científicos e mecânicos, e pelas mais prestigiadas academias do velho continente (Paris, Londres, Berlim, Madrid, Lisboa) que o honram com a inclusão entre os seus sócios³⁶. Não mais, para sobreviver, João Jacinto teria de sujeitar-se, como afirma Joaquim de Carvalho, «a traduções a sobreposse, sem significado pessoal, dos anos de Paris»³⁷.

Ora é precisamente aos “anos de Paris” do, então, tradutor e cientista frustrado que vamos recuar, para analisarmos o já referido *Novo Epitome de Grammatica Grega de Porto-Real, composto na Lingoa Portuguesa para uso das Novas Escolas de Portugal*, um instrumento didáctico que, servindo os desígnios do projecto pombalino para a restauração do ensino do Grego, só no ano seguinte ao da publicação das *Instrucçoens* estaria ao dispor dos escolares.

4. Da Gramática: a bem da reforma

«O primeiro intento desta obra», testemunha o autor, nas palavras iniciais do prólogo, «foi traduzir precisamente o Epitome de Grammatica de Porto-Real» de Lancelot, conforme lhe haviam

³⁶ Sobre a actividade e epistolografia científicas de João Jacinto, vide Joaquim de Carvalho (Lisboa 1987) 679-709; Fernandes Thomaz e Isabel Malaquias, *Revista da Universidade de Aveiro. Letras* 4-5 (1987-1988) 18-56; e ainda Isabel Malaquias, *A obra de João Jacinto de Magalhães no contexto da ciência do séc. XVIII* (Aveiro 1994).

³⁷ Joaquim de Carvalho (Lisboa 1987) 696.

«recomendado», presumivelmente, os promotores da Reforma que consideravam, no § 4 das *Instrucçoens*, que o método do francês tinha «as regras mais breves, mais claras e mais solidas do que em outra qualquer»³⁸.

Magalhães, porém, rapidamente reconheceu que «este trabalho seria quasi inutil a quem não tivesse á mão o grande Methodo, donde elle he tirado» (p. V). Por isso, apoiando-se no «parecer de pessoas bem entendidas», resolveu desviar-se ligeiramente do rumo proposto, elaborando um ‘novo’ método que não se limitava a um mero exercício de tradução do compêndio do beneditino. Assim, em nome de uma ainda maior clareza e concisão, mas sobretudo da facilidade e rapidez de aprendizagem, «requisitos essenciais» do que define como «Methodo didascalico» (p. VIII), **simplificou-o**, expurgando-o de muitas miudezas desnecessárias, reduzindo o número de regras versegadas e remetendo outras, que só interessavam a estudantes mais adiantados, para notas de tipo mais pequeno, e resumindo ainda a um parágrafo apenas o que de mais importante havia sobre a «investigação do tema»³⁹. Além disso, **alterou-o**, introduzindo-lhe noções gramaticais que tirou da gramática de Furgault, ao tempo muito usada nas escolas de Paris⁴⁰. Foi o caso do capítulo dedicado à sintaxe grega e da lista alfabética dos verbos defectivos, «com os tempos que tomam de outros que já se não uzão» (p. VII). E, por último, inovando, **acrescentou-lhe** não só um apêndice com tábuas sistematizadoras das declinações e dos verbos, mas também, e

³⁸ Verney (Lisboa 1949: 258) e o § 4 das *Instrucçoens* tecem as mesmas considerações sobre a gramática do beneditino. Cf. *supra*, nota 20, e Banha de Andrade, «Instrucçoens», 90.

³⁹ Lancelot dedica-lhe todo o capítulo V do seu compêndio, *Nouvelle Méthode pour apprendre facilement la Langue Grecque* (Paris 1655). Para o nosso estudo, servimo-nos de uma edição de 1754.

⁴⁰ Professor no Colégio de Mazarin e na Universidade de Paris, Nicolas Furgault (1706-1795) publicou, nesta cidade, em 1746, a *Nouvelle abrégé de la grammaire grecque*.

sobretudo, todo o capítulo sétimo, onde trata com maior rigor dos acentos e suas regras, dos espíritos, da quantidade das sílabas, da pontuação, e da que considera ser a mais adequada pronúncia dos caracteres gregos⁴¹.

Mas no essencial, ‘l’abbé’ Magalhães manteve-se fiel ao epítome de Lancelot e aos seus princípios didático-pedagógicos, que coincidem muito com os propugnados pelas *Instrucçoens*. Tal como o francês, reporta tudo, através de uma abordagem racional da linguagem, a princípios gerais⁴², ora sistematizando as matérias em quadros, «onde com huma vista de olhos se vê toda a deduçãõ» dos assuntos⁴³, ora resumindo em regras sucintas e versejadas os conteúdos gramaticais, para uma mais fácil e rápida memorização. Escritas em decassílabos com rima emparelhada, sem que houvesse da parte do autor qualquer cuidado com a sua harmonia⁴⁴, estas mnemónicas de cariz lúdico são uma adaptação, por vezes abreviada,

⁴¹ Neste domínio específico da pronúncia, Magalhães esclarece em nota de rodapé, nas pp. VII e VIII do prólogo, que a doutrina por si seguida resulta do muito que aprendeu nas viagens – a que numa das suas cartas chamou ‘tour philosophique’ (*vide* Ricardo Jorge (Lisboa 1910) 8) – que, entre 1756 e 1760, fez por diversas partes da Europa. O que, com clareza, expõe e propõe, neste capítulo, resulta «da combinaçam dos restos da antiga pronúncia que os melhores autores nos expoem, com o que ainda se conserva nas escolas publicas daquelle paiz (Grécia) e com a maneira com que presentemente se pronuncia a lingua vulgar» (p. VII). Registe-se que esta pronúncia, apresentando alterações em relação à proposta de Lancelot, aproxima-se muito da que hoje usamos nas nossas escolas. Cf. Magalhães, pp. 10 e 349-353.

⁴² Cf. Lancelot, p. XIX.

⁴³ Magalhães, p. VIII. Cf. Lancelot, p. XVI.

⁴⁴ Magalhães, na p. VIII do prólogo, confirma-o, ao escrever: «a harmonia dos versos não foi o meo maior cuidado, visto não serem mais um puro mecanismo da memoria artificial; para cujo fim basta que a cadencia das rimas, e uma tal ou qual medida dos pez, afaguem um pouco o ouvido».

dos versos de oito sílabas de Lancelot⁴⁵, como se pode constatar pelos exemplos que se seguem⁴⁶:

Regle I.

Des voïelles longues, breves & douteuses

(*Lancelot*, p. 5)

Les longues sont ἦτα, ω grand

Aux breves ε, ο répondant:

Α ἄλφα, ἰῶτα sont douteux,

Et l' ὑψιλόν aussi comme eux.

Regra I.

Das vogais

(*Magalhães*, p. 9)

Sete sam as Vogais que os Gregos tem

Longo ὠμέγα será, ἦτα também:

Breve ὀμκρόν mais ἐψιλόν julgai;

E ἄλφα, ὑψιλόν, com ἰῶτα aos comuns daí.

⁴⁵ Magalhães reduziu as 134 regras do método de Port-Royal a 101, eliminando, com isso, 33 regras e mais de 150 versos. Os capítulos que não são directamente tirados de Lancelot (VI, VII e Apêndice) não apresentam estas mnemónicas.

⁴⁶ Na transcrição dos exemplos, por fidelidade ao original, conservamos os erros que se encontram em cada uma das gramáticas. Escolhemos a regra I como exemplo de simples adaptação e a regra VI como exemplo de adaptação abreviada.

REGLE VI.

Des syllabes capables d' accent

(*Lancelot*, p. 22)

L' aigu peut en trois lieux passer

Sur breve ou longue se placer.

Le circonflexe une longue aime

En la dernière ou penultième.

Le grave à la fin seul est vu

Dans le discours, & pour l' aigu.

REGRA VI.

Das syllabas capazes de têr Acento

(*Magalhães*, p. 15)

Tem trez postos o Agudo em longa ou breve;

Os dois do fim o circunflexo deve

Co'a longa só guardar: e discorrendo

Vou no fim por agudo o grave vendo.

Esta vertente lúdica enquadrava-se numa nova metodologia de ensino, que se pretendia fácil, agradável e adequada à idade dos escolares; um ensino que, servindo-se do vernáculo como língua de explicação gramatical e de comunicação nas aulas⁴⁷, amenizava o esforço da aprendizagem, até então considerada muito lenta e penosa.

⁴⁷ No § 16 das *Instrucçoens de Latim* diz-se expressamente que «não approvão os homens instruidos nesta matéria o falar-se latim nas Classes, pelo perigo que ha de cahir em infinitos barbarismos, sem que aliás se tire utilidade alguma do uso de fallar». *Vide* Banha de Andradre (2^o Coimbra 1981: 88). Com este princípio pedagógico, que tem origem nos métodos de Port-Royal, procurava evitar-se que o aluno partisse do incompreensível para o desconhecido.

Imbuído deste mesmo espírito pedagogicamente inovador, Verney advogara também, anos antes, na linha dos preceptistas europeus, que «qualquer gramática de uma língua que não é nacional, [devia] explicar-se na língua que um homem sabe»⁴⁸.

Com esta inovação, o Latim cedia o seu lugar à língua materna que, assim, passava a ter importância primordial em todo o processo educativo. Daí que Magalhães, no prólogo da sua Gramática, se mostre preocupado com a questão da ortografia da língua portuguesa e da sua normalização. Pretendia ele uma ortografia que, não sendo tão arrojada como a de Verney, se afastasse da etimologia das palavras e fosse menos afectada, a fim de melhor se enquadrar nestes tempos de mudança⁴⁹. Esta era, por isso, como refere, a altura ideal para se proceder à sua reforma:

«...agora, na venturoza restauração dos nossos Estudos, he a melhor ocazião de cuidarmos nesta grande obra, e fazer que desde esta epoca se principie a contar a Idade Aurea da nossa Lingoa» (p. IX).

Deixa entender esta afirmação que João Jacinto de Magalhães, nesta altura, se mostrava empenhado no projecto reformador de

⁴⁸ Verney (Lisboa 1949) 139, citado em epígrafe.

⁴⁹ No prólogo, pp. IX-X, Magalhães confessa que «não tivera muita duvida, em seguir grande parte da ortografia, que-nos propoz o famoso Author do *Verdadeiro Methodo de estudar*: porem [receou] ofender os olhos mal acostumados com huma novidade pouco seguida». Por essa razão, na sua gramática, foi «tal vez mais etimologista do que queria», usando «muitas letras escuzadas» e dobrando «outras que não devêra».

Foi talvez devido a este arrojado da *Ortografia* de Verney, a obra recomendada pelas *Instrucçoens de Latim* (§ 11), que Magalhães entendeu dever redigir uma outra ortografia, porventura menos arrojada, que não chegou a ser publicada, por falta de meios. Vide Maximiano Lemos, «Portugueses illustres em França: Soares de Barros, João Jacintho de Magalhães e Ribeiro Sanches», *Boletim da Segunda Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 3 (1910) 447.

Pombal, do qual conhecia bem os objectivos, bem como todas as normas exaradas no articulado das *Instrucçoens*, conforme se pode constatar pelas páginas finais do prólogo da sua gramática, onde apresenta o melhor método «para em pouco tempo aproveitar muito»⁵⁰.

Embora se detenha um pouco mais nos estudos introdutórios, as etapas que preconiza para mais rapidamente se chegar ao entendimento e tradução dos autores gregos, o campo ideal para se rever e consolidar a gramática (p. XIII; § 4)⁵¹, são as mesmas que encontramos no texto pombalino: em primeiro lugar, pronunciar bem as consoantes, as vogais e os ditongos (pp. XI e XIV; § 3)⁵²; depois, estudar as declinações, «sem se dilatar com os Dialectos, nem com outras Advertencias que ordinariamente vão em caracter piqueno» (p. XI; § 4), e, logo de seguida, aprender os verbos (pp. XI e XII; § 4)⁵³.

Também os autores que recomenda, ordenados e seleccionados⁵⁴ de acordo com as dificuldades de cada grau de ensino, e expurgados do que «póde prejudicar á educação e bons costumes dos discipulos» (p. XV)⁵⁵, são, em parte, coincidentes: Evangelho de S. Lucas, Actos dos Apóstolos, Diálogos de Luciano, Caracteres de

⁵⁰ Prólogo, p. XIII. O método é explanado na sua totalidade, entre as pp. X-XVI.

⁵¹ A numeração romana remete para as páginas do prólogo do compêndio de Magalhães. A numeração árabe para os parágrafos das *Instrucçoens de Grego* (Banha de Andrade (2º Coimbra 1981: 90-92).

⁵² Cf. Rollin (Paris 1854) 171.

⁵³ Cf. Rollin, (Paris 1854) 171; e Verney (Lisboa 1949) 254. Antes de chegar à tradução dos autores mais fáceis, Magalhães, ao contrário das *Instrucçoens*, demora-se no estudo circunstanciado dos verbos e da sintaxe (cf. pp. XII e XIII).

⁵⁴ Verney (Lisboa 1949: 256) também recomendava que se lessem «os autores salteados por não enfastiar os rapazes».

⁵⁵ Cf. *Instrucçoens de Latim* § 18, em Banha de Andrade (2º Coimbra 1981) 88.

Teofrasto, Xenofonte e, para os mais avançados, Homero (pp. XIII e XIV; §§ 4 e 8)⁵⁶.

No que concerne a questões de índole mais pedagógica, a sintonia com as *Instrucçoens de Grego* é também notória. Neste domínio, ‘l’abbé’ João Jacinto sugere que se ensine com agrado e não se intimide os alunos com as dificuldades da língua, porque, em boa verdade, diz-nos ele, elas são muito poucas, quando o método é bom (pp. XIV e XV; § 2)⁵⁷. E mais recomenda que não se ocupe o tempo dos alunos «com os themas [retroversões]⁵⁸, nem com outras composições na Lingoa Grega», porque mostra a experiência «o pouco ou nenhum fruto que dellas se tira». A «versão» (tradução) e boa explicação dos autores, na sua opinião, «he o melhor [caminho] (por não dizer o único) que há, para chegar a bem saber o Grego» (pp. XV e XVI; § 7)⁵⁹.

Com este método, que se ajusta nitidamente às modernas teorias pedagógicas e, conforme tentámos demonstrar, ao espírito da reforma instaurada por Pombal para o ensino do Grego, João Jacinto de Magalhães, convicto da utilidade da sua obra, afirma-se esperançado de que ela seja bem aceite «pelos que, sem paixão nem parcialidade, a examinarem» (p. X).

⁵⁶ Magalhães apresenta outros autores que não figuram nas *Instrucçoens*, mas que irão ser incluídos na *Selecta Optimorum Graecae Linguae Scriptorum* que o P.º Custódio José de Oliveira vai publicar mais tarde (1773-1776), em substituição da selecta de Patusa. Sobre este assunto, veja-se Maria Helena Teves Costa (Paris 1979) 303-304.

Rollin (Paris 1874: 172) e Verney (Lisboa 1949: 255-256) recomendam sensivelmente os mesmos autores.

⁵⁷ Cf. Rollin (Paris 1874) 170. Verney (Lisboa 1949: 254), de igual forma, afirma que o estudo do Grego não é «tão embaraçado como o pintam».

⁵⁸ Rollin (Paris 1874: 176) admite os ‘temas’, mas só de tempos a tempos e em classes mais avançadas.

⁵⁹ Cf. Rollin (Paris 1874) 171.

Não imaginava, então, o autor as controvérsias que viriam a marcar os primeiros tempos da sua existência e circulação. Publicada em Paris, na oficina de F. Didot, ou por falta de caracteres gregos nas tipografias portuguesas, ou por falta de tipógrafos que com eles soubessem trabalhar, ou simplesmente porque era nessa cidade que se encontrava João Jacinto de Magalhães à data da sua produção⁶⁰, a um número incerto de exemplares foram arrancados o frontispício e a carta dedicatória a Pedro da Costa de Almeida Salema, um texto em que o autor dá testemunho da sua gratidão pelo inextinguível apoio do embaixador aos seus trabalhos. Em seu lugar, foi colocada uma outra folha de rosto (sem nome de editor e sem dedicatória⁶¹, e com

⁶⁰ Fr. Fortunato de S. Boaventura (*Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa* 8 (1823) 42) fala de «extrema penuria de typos gregos» e do seu «lamentável desuso» nas tipografias dos séculos XVII e XVIII, corroborando a opinião de António Ribeiro Santos que, em «Memoria sobre as origens da typografia em Portugal no século XV e XVI», separata de *Memorias da Litteratura Portuguesa, pela Academia Real de Sciencias de Lisboa* 8 (1812) 82, sustenta que a tipografia grega «não medrou muito entre nós, vindo por fim a esmorecer, e quasi a acabar de todo nos fins daquelle Seculo [XVI] com grande detrimento dos estudos da Nação». Contudo, a impressão da gramática de Clenardo, nos princípios do séc. XVII e XVIII (cf. *supra*, nota 21), infirmam em parte estas afirmações. Ao contrário daqueles estudiosos, pensamos que, por volta de 1759, caracteres gregos haveria em algumas tipografias portuguesas, como o atestam os documentos 73, 82 e 88, transcritos por Banha de Andrade (2º Coimbra 1981) 171, 177 e 183. O que não haveria com certeza era tipógrafos preparados para com eles trabalhar. Daí a necessidade que teve o P^e. Custódio José de Oliveira de, anos mais tarde, em 1803, publicar a *Diagnosis especifica dos caracteres de cada huma das tres linguas Grega, Hebraica, e Arabiga para servir de instrucção aos compositores, e aprendizes da impressão regia*.

⁶¹ O confronto dos vários espécimes que analisámos permite-nos confirmar que a obra é a mesma, mudando apenas a folha de rosto que, apresentando, ao contrário da de Paris (cf. *infra*, nota 59), um formato igual ao do texto, é impressa com caracteres de outra ‘família’, em papel de textura e coloração nitidamente diferentes (cf. *infra*, fig. 3, p.102).

alteração da cidade editora e data bem visível⁶²), com os seguintes dizeres: *Novo Epitome da Gramatica Grega de Porto-Real acomodado na lingua portugueza para uzo das novas escolas, por mandado de sua Magestade Fidelissima Elrey D. Joze o I nosso senhor. Lisboa, com todas as licenças necessarias, M DCC LX.*

Esta excisão, feita já depois de a gramática ter começado a circular, provavelmente no ano seguinte ao da sua edição, teve como consequência imediata a eliminação do nome do autor impresso no fim da carta dedicatória, causa de catalogações incorrectas que ainda hoje persistem nas nossas bibliotecas. Dos vários exemplares que compulsámos, um, contudo, pertença de José Caetano de Mesquita, professor de Retórica, escapou a esta devassa, conservando ainda a carta dedicatória⁶³.

Embora não saibamos ao certo as razões, pensamos que tal censura se terá devido ou a intrigas que eventualmente Magalhães terá engendrado contra Salema⁶⁴, ou – hipótese mais provável – ao facto

⁶² Porque apresentava uma folha de rosto com formato maior do que o resto do texto, a edição de Paris, ao ser aparada, perdeu a data na maior parte dos exemplares. Dos que consultámos, um (BGUC: 4A-8-6-27) apresenta a data bem visível, porque o encadernador teve o cuidado de dobrar a folha, antes de aparar o livro. Noutro, pertença da livraria de Carnide (BGUC: 1 (23)-12-194), alguém, à falta de data no rosto, escreveu a tinta, no fim, ‘Anno de 1760’.

Para o desdobramento das abreviaturas, vide Simão Cardoso, *Historiografia Gramatical (1520-1920). Língua Portuguesa – Autores Portugueses* (Porto 1994) 15. Este autor, nas pp. 219-221, elenca vários exemplares de gramáticas de Grego, alguns dos quais por nós citados.

⁶³ Exemplar existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (SP-Ad-1-18), oriundo do Real Colégio de S. Pedro,

⁶⁴ Dois factos, se conjugados, tornam esta hipótese verosímil. Antes de mais, Jacinto de Magalhães, nesta altura (1761), encontrava-se em Portugal para, a conselho de Soares de Barros, «buscar uma protecção que lhe desse todas as facilidades para depois poder voltar a esta capital [Paris] a aperfeiçoar-se nas applicações em que tinha feito um tão bom progresso»

de uma obra feita de encomenda pela corte portuguesa lhe ter sido exclusivamente dedicada⁶⁵, sem qualquer autorização. O certo é que isso obrigou o embaixador a um pedido de desculpas. Em ofício datado de 18 de Junho de 1761, dirigido ao secretário de Estado, justifica-se, dizendo que consentira que a gramática lhe fosse dedicada e que o seu nome figurasse na portada, por ignorar que tivesse sido escrita por ordem régia e, ainda, por supor que se tratava de um compêndio para fins comerciais⁶⁶.

Não obstante estas vicissitudes iniciais, a obra, conforme o prescrito no § 4 das *Instrucções*, foi adoptada nas Escolas do Reino⁶⁷

(carta de Soares de Barros a D. Luiz da Cunha, de 6. 6. 1761, citada por Maximiano Lemos, art. cit., 447). Depois, as relações entre Magalhães e Salema, uns meses após a edição da gramática, ter-se-ão degradado, conforme testemunho do próprio Salema que, em ofícios datados de 18. 6. 1761 e de 9. 9. 1761, se queixa dos enredos que Magalhães andava a urdir contra ele nos últimos tempos (*vide* Maximiano Lemos, art. cit., 448-449). Logo, não é de excluir a possibilidade de Magalhães, aquando da sua passagem por Lisboa (1761-1764), antes de partir para a sua terceira ‘terra de exílio’, ter estado por detrás desta censura.

⁶⁵ De facto, nesta carta dedicatória a Pedro da Costa de Almeida Salema, o nosso autor, com algum desassombro, afirma: «só V. illustrissima que nesta Metropole, duas vezes berço da prezente produçam, tão dignamente acredita o acerto de quem o emprega nos Negocios do Estado, deve honrar com o seu nome este frontespicio».

⁶⁶ Cf. Maximiano Lemos, *Boletim da Segunda Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 3 (1910) 448. A não ser que estejamos perante uma falsa desculpa, significa isto que Salema não terá tido acesso à totalidade da obra impressa, uma hipótese muito provável, se tivermos em conta que o primeiro caderno de 16 páginas (com o frontispício, a dedicatória e o prólogo) foi impresso à parte e depois de todos os outros 32 cadernos de 12 páginas.

⁶⁷ Após a expulsão dos jesuítas, houve grande dificuldade de arranjar professores de Grego para os lugares criados por Alvará Régio: quatro para Lisboa, dois para o Porto, Coimbra e Évora e um para «cada huma das outras cidades, e villas que [fossem] cabeças de Commarca». *Vide* Banha de Andrade (2º Coimbra 1981) 82, e os documentos 11, 12, 17, 18, 27, 31, 222, 234 e 248 transcritos neste volume.

Fr. Fortunato de S. Boaventura (*Memórias da Academia Real de Sciencias de Lisboa* 8 (1823) 49), comentando esta realidade, afirma hiperbolicamente que, se não fora isso, «subiria entre nós a Litteratura Grega

pelos alunos, que nunca terão sido muitos, e até também pelos professores, como se pode inferir das anotações, a lápis ou a tinta, que aparecem em alguns dos espécimes que consultámos⁶⁸. Estas anotações, por si só, poderiam ser apresentadas como prova suficiente do inquestionável uso escolar desta gramática que, conforme vimos, passou a circular com dois frontispícios⁶⁹. No entanto, em apoio deste argumento, podemos acrescentar ainda o facto de ela aparecer, em número considerável, em bibliotecas públicas, oriunda de ‘livrarias’ de alguns colégios, e de figurar também no acervo de bibliotecas particulares⁷⁰.

Não podemos, por isso, concordar com Justino Mendes de Almeida, que aventava a hipótese de este epítome gramatical não ter agrado, atendendo a que «poucos anos após, era impressa na Real Tipografia da Universidade de Coimbra a *Arte Nova da Língua Grega* para uso do Colégio da Graça, de Fr. Custódio de Faria, professor de Grego

ao esplendor, a que chegou nestes últimos tempos não só entre os Alemães e Inglezes (...) Príncipes desta erudição, mas ainda entre os nossos vizinhos Castelhanos».

⁶⁸ Apesar de as *Instruções de Grego*, no seu § 6, recomendarem o «Methodo grande de Port-Royal» para os professores, estes terão usado também o *Novo Epítome* de Magalhães, como se pode verificar pelas anotações feitas em exemplares da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (4A-8-6-27; 1 (23)-12-191) e do Fundo Primitivo da Biblioteca da Faculdade de Letras do Porto (807. 5M 166n). O Doutor Telmo Verdelho, a quem agradecemos muitas das sugestões de que beneficiou este trabalho, tem também, de cada uma das duas edições, exemplares anotados por punho de professor.

⁶⁹ Cf. Banha de Andrade (1º Coimbra 1981) 262-277.

⁷⁰ Cf. *Catalogue des livres de feu de M. Ant. Nuñez Ribeiro Sanchès* (Paris 1783) 53, nº 631. Ricardo Jorge (Lisboa 1910: 11) refere ter adquirido na Feira da Ladra, a troco de um pataco, um exemplar desta gramática, certamente de um aluno que já havia concluído o seu curso.

e de Hebraico no mesmo Colégio»⁷¹. Se assim fosse, como justificar, então, que o próprio Custódio de Faria e, já no século seguinte, o P.^e António Ignacio Coelho de Moraes tenham aproveitado e incluído nos seus compêndios muitas das 101 mnemónicas de Magalhães, tidas por alguns como obscuras e pouco graciosas⁷²? E sobretudo, como justificar ainda que o *Epitome* do aveirense tenha tido uma 2ª edição?

Saída dos prelos da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, já depois da morte do autor, em 1814⁷³, esta edição – ou melhor, reimpressão da de “Paris”, atendendo aos quase inexistentes melhoramentos que teve⁷⁴ – é mais uma prova insofismável de que esta gramática, não só satisfaz, como ainda teve amplo uso, tendo sido, durante mais de meio século, um instrumento básico para o estudo do Grego em Portugal.

⁷¹ Justino Mendes de Almeida, *Revista da Universidade de Lisboa* 2 (1956) 186, nota 1.

⁷² Sem citar a fonte, e dando-lhes uma outra ordem, Custódio de Faria transcreve cerca de 50 das 101 mnemónicas de Magalhães, em páginas não numeradas que ficam depois do índice da sua *Arte Nova da Língua Grega*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1790. Já o P.^e António Ignacio Coelho de Moraes, citando a fonte, inclui uma dezena mais dessas regras em versos hendecassílabos, nas pp. 491-504 do seu *Novo Compendio da Grammatica da Língua Grega comparada com as Linguas Latina e Portugueza*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874. Este professor de Grego já antes, na mesma Imprensa da Universidade de Coimbra, havia publicado um *Compendio de Grammatica da Língua Grega para uso das Escolas do Reino* (1833-1834) e as *Regras das Declinações dos nomes parisyllabos, imparisyllabos, e contractos, e da formação dos tempos dos verbos nas tres vozes activa, passiva e media* (1850).

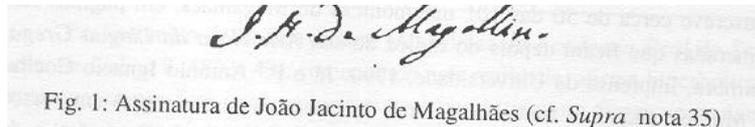
⁷³ Cf. infra, fig.4, p.103. O espécime que consultámos (BGUC: 7-40-41-45) encontra-se erradamente catalogado em Claude Lancelot.

⁷⁴ A afirmação de Vicente Gomes de Moura (*Noticia succinta dos monumentos da Língua Latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma* (Coimbra 1823) 412-413) de que «nem desde 1759 até agora se ha cuidado em melhorar...a *Arte da Língua Grega*, que foi extrahida da de *Porto Real*», além de coincidir com o que dissemos *supra*, comprova que, em 1823, a gramática de Magalhães ainda era usada no ensino do Grego.

5. Conclusão

Na senda de um outro aveirense ilustre, Aires Barbosa que, duas centúrias e meia antes, com o seu magistério na corte portuguesa, foi «o precursor dos estudos helénicos na casa lusitana»⁷⁵, também João Jacinto de Magalhães, um iluminista da segunda metade do séc. XVIII, conhecido sobretudo pelo desenvolvimento e divulgação de experiências e instrumentos de precisão no mundo das ciências exactas, inscreveu o seu nome na história do ensino do Grego em Portugal, com esta gramática «de uma língua que não é nacional»⁷⁶.

O seu *Novo Epitome da Grammatica Grega de Porto-Real*, basicamente traduzido, com correcções e adaptações, do compêndio de Lancelot, para servir o projecto pombalino de reforma dos estudos secundários, ficou na história do ensino como a primeira gramática de Grego impressa em língua portuguesa.



⁷⁵ Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa 1962: 155). Vide ainda Sebastião Tavares de Pinho, “Les études de Grec à l’Université de Coimbra (XVI^e. siècle)”, *L’Humanisme Portugais et l’Europe. Actes du XXI^e. Colloque International d’Études Humanistes* (Paris 1984) 90. De facto, este discípulo de Ângelo Policiano e herdeiro espiritual de Nebrija, depois de, entre 1495 e 1523, ter sido, na Universidade de Salamanca, o primeiro titular de uma cadeira de Grego em toda a Península, regressou a Portugal, a convite de D. João III, para se encarregar da educação dos infantes D. Afonso e D. Henrique. Sobre este assunto, vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Portugueses no Estudo de Salamanca (1250-1550)*, vol. I (Lisboa 1962) 151; Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o séc. XVI*, 2^a ed. (Lisboa 1983) 313; idem, *Para a História do Humanismo em Portugal, I* (Coimbra 1988) 59; e Sebastião Tavares de Pinho (Paris 1984) 89.

⁷⁶ Verney (Lisboa 1949) 139, citado em epígrafe.

NOVO EPITOME

DA

GRAMMATICA GREGA DE PORTO-REAL,

COMPOSTO

NA LINGOA PORTUGUEZA, PARA UZO DAS NOVAS ESCOLAS DE PORTUGAL,

E DEDICADO

AO ILLUSTRISSIMO E REVERENDISSIMO SENHOR
PEDRO DA COSTA DE ALMEIDA SALEMA,
Acolito da Santa Igreja Patriarchal de Lisboa,
do Concelho de SUA MAJESTADE FIDELISSIMA,
Fidalgo da Caza do mesmo Senhor, e seu Minis-
tro na Corte de França.



P A R I S,

NA OFFICINA DE FRANC. AMBR. DIDOT.

M. D C C. L X.

COM TODAS AS LICENÇAS NECESSARIAS:

Fig. 2: Frontispício da 'edição de Paris' (mancha 171x85)

[BGUC: 4A-8-6-27]

Jo. Coll. de S. Pedro.

**NOVO
EPITOME
DA
GRAMATICA GREGA
DE
PORTO REAL**

**ACOMODADO
NA LINGUA PORTUGUEZA,
PARA UZO
DAS NOVAS ESCOLAS,
POR MANDADO
DE
SUA Magestade Fidelissima
ELREI**

**D. JOZÉ O I.
NOSSO SENHOR.**

LISBOA,

Com todas as Licenças necessarias.

M. DCC. LX.



Fig. 3: Frontispício da 'edição de Lisboa' (mancha 135x72)

[BGUC: SP-Ad-1-18]

NOVO EPITOME
DA
GRAMMATICA GREGA
DE PORTO-REAL,
COMPOSTO
NA LINGOA PORTUGUEZA,
PARA UZO DAS NOVAS ESCOLAS
DE PORTUGAL,
E DEDICADO

AO ILLUSTRISSIMO E REVERENDISSIMO SENHOR
PEDRO DA COSTA DE ALMEIDA SALEMA,
ACOLITO DA SANTA IGREJA PATRIARCHAL DE LISBOA, DO
CONCELHO DE SUA MAJESTADE FIDELISSIMA, FIDALGO DA
CAZA DO MESMO SENHOR, E SEU MINISTRO NA CORTE DE
FRANCA.



COIMBRA,
NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.
1814.

Fig. 4: Frontispício da 2ª edição (mancha 148x78)

[BGUC: 7-40-41-45]